



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Prof: Lemos



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 MAR. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 221/11

SÚMULA: Institui feriado estadual no dia 20 de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Art. 71 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, feriado civil no Estado do Paraná, no dia 20 (vinte) de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

Art. 2º - O Poder Público fica autorizado a executar ações comemorativas alusivas a tal celebração.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão do Plenário, 23 de março de 2011.

PROF: LEMOS
Deputado Estadual





JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei ao instituir a data anual de 20 de novembro - data do falecimento de Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra - como feriado estadual tem o intuito de oferecer instrumento político para estimular a identificação e o reconhecimento do preconceito racial que permeia a sociedade brasileira, bem como de propiciar rica oportunidade de reflexão sobre tal preconceito no Estado do Paraná, com o objetivo maior de superá-lo e promover a igualdade racial.

O Dia da Consciência Negra já é instituído no Estado do Paraná através da Lei nº 15674, de 13/11/07 e também como feriado em diversas Cidades e Estados do Brasil, incluindo essa data em seus calendários oficiais.

A sociedade vive um momento em que o tema da discriminação racial ocupa lugar de destaque e insere-se no amplo debate em torno dos direitos humanos. Em consonância com tal momento, ampliam-se as ações governamentais voltadas para a promoção da igualdade racial e para a inclusão social dos brasileiros afrodescendentes. Nesse sentido, foi sancionada, nos primeiros dias do Governo do Presidente Lula, a Lei nº 10639, de 09/01/03, que Altera a Lei nº 9394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências. O referido instrumento legal acrescenta, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o artigo 79-B, que inclui, no calendário escolar, o dia 20/11 como Dia Nacional da Consciência Negra.

Esta proposição amplia o alcance da Lei Federal nº 10639/03 e da Lei Estadual nº 15674 e constitui importante passo na luta dos negros em favor do reconhecimento de sua cultura, sua cidadania e da igualdade de direitos.

Zumbi, tal como Tiradentes - herói brasileiro homenageado com o feriado nacional de 21/04 - teve a cabeça decepada e exposta à exibição pública. Eternizou-se na consciência de todos os brasileiros como símbolo da luta pela liberdade, pelo respeito aos direitos humanos e pela igualdade racial. Sua importância já foi reconhecida por ocasião da inscrição de seu nome no Livro dos Heróis da Pátria, ao lado do próprio Tiradentes. Cabe-nos, então, reafirmar tal importância, instituindo o feriado de 20/11 como homenagem a esse valoroso herói negro, bem como torná-lo referência positiva de um herói negro para o povo brasileiro.

O quilombo dos Palmares, localizado na atual Cidade de União dos Palmares, na Serra da Barriga, Alagoas, era uma comunidade formada por negros que haviam conseguido escapar das fazendas em que eram escravizados, cuja população alcançou cerca de 30 mil pessoas. Zumbi nasceu livre em Palmares, no ano de 1655, mas foi capturado e entregue a um missionário português quando tinha aproximadamente nove anos. Batizado Francisco, Zumbi recebeu os sacramentos, aprendeu português e latim, e ajudava diariamente na celebração da missa. Apesar das tentativas de torná-lo civilizado, Zumbi escapou em 1670 e, com 15 anos, retornou a Palmares. Zumbi se tornou conhecido pela sua destreza e astúcia na luta e já era um estrategista militar respeitável quando chegou aos vinte e poucos anos. Logo ele se tornou líder do quilombo de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Prof. Lemos

D. L.

Fls. 93

Palmares, continuando a resistência contra a opressão portuguesa. No entanto, 15 anos após ter assumido a liderança, foram organizadas, pelos colonizadores portugueses, sucessivas invasões ao quilombo. Em uma delas, Zumbi se feriu, mas conseguiu fugir. Após quase dois anos de batalhas, aos 40 anos de idade, Zumbi é surpreendido em seu reduto. Apunhalado, resiste, mas é morto e degolado, em 20 de novembro de 1695.

Mostra-se plenamente justificada mais essa homenagem a Zumbi dos Palmares e a todos militares dos movimentos em defesa da história brasileira, para que o povo do Estado do Paraná comemore o Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra e que as autoridades do Estado decretem, pelo presente projeto de lei, feriado nessa data simbólica.

Entendemos ser iniciativa de grande importância a instituição oficial de uma data, como o fez a Lei nº 15674, que se constitua referência à herança histórica de tradição e resistência dos milhões de negros e negras brasileiros que, ainda hoje e de muitas formas, se veem apartados da vida social. A instituição de feriado neste dia reafirma o propósito emanado pela lei de 2007 e instiga a reflexão e discussão do tema junto a toda população paranaense.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 221/11

Projeto de Lei nº 221/11

Autor: Deputado Estadual Professor Lemos

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por finalidade instituir o feriado estadual no dia 20 de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra, com intuito de oferecer instrumento político para estimular a identificação e o reconhecimento do preconceito racial que permeia a sociedade brasileira.

EMBASAMENTO JURÍDICO

O dia da consciência negra já é instituído no Paraná através da Lei nº 15.674, de 13 de novembro de 2007 sendo considerado feriado em diversas Cidades e Estados do Brasil, incluindo essa data em seus calendários oficiais.

Cidades do nosso estado já possuem esta data como feriado, a fim de proporcionar a reflexão e discussão do tema junto à população paranaense.

Cabe ainda salientar que a Lei Federal nº 12.288 de 20 de julho de 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Art. 2º é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresarias, educacionais,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




**culturais e esportivas, defendendo sua
dignidade e seus valores religiosos e culturais.**

Diante do exposto, resta claro que o presente
projeto de lei é revestido de legalidade.




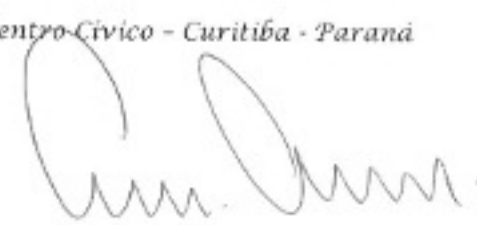
CONCLUSÃO

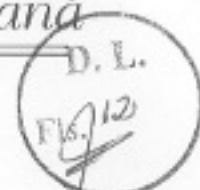
Diante do exposto, entende-se pela
aprovação do presente projeto de Lei, em virtude de sua ilegalidade.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 221/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O ilustre Deputado Professor Lemos, do Partido dos Trabalhadores, apresentou o presente Projeto de Lei, visando a instituição de feriado civil no dia 20 de novembro, em homenagem à morte de Zumbi dos Palmares e ao dia Nacional e Estadual da Consciência Negra. Da mesma forma, o pretense Diploma Legal autoriza o Poder Público Estadual a realizar ações comemorativas referentes a essa data.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Evandro Júnior, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material, embora tenha havido parecer contrário, também da Comissão de Constituição e Justiça.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

De acordo com o que está disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mais especificamente no art. 33-R do, é



da competência da Comissão de Cultura a análise dos Projetos que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Ora, por óbvio, então, que esta proposição precisa passar por esta Comissão, uma vez que Zumbi dos Palmares é uma das personalidades mais destacadas da cultura brasileira, devendo-se incluir, por consequência, a cultura paranaense, já que, apesar de sua dimensão continental, o Brasil é um só país.

No que diz respeito, especificamente, ao mérito do presente Projeto de Lei, também merece acolhida, lembrando que a análise a respeito da legalidade e constitucionalidade já ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça. Desse modo, qualquer que seja o desacordo com a Lei Federal nº 9.093/95, resta superado com a criteriosa análise da CCJ.

Assim, no que tange ao mérito do Projeto, sua finalidade é de absoluta importância, pois resgata a importância histórica de um personagem que tem inegável importância para a História do Brasil, mormente aquela estudada nas escolas brasileiras.

Assim, tal data poderá ser aproveitada para a realização de eventos que incentivem à população a conhecer este pedaço da História brasileira. Além disso, atividades culturais poderão ser realizadas para o incentivo à valorização dos negros, como forma de incutir a tolerância entre os brasileiros. Isso seria primordial para contribuir com o fim do preconceito e da discriminação, infelizmente, ainda presentes em nosso país, mesmo que de forma diminuta.

Por tudo isso, merece aplausos e a aprovação desta Comissão de Cultura o presente Projeto legislativo.



III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

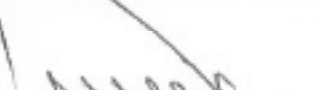
Curitiba, 19 de setembro de 2011.

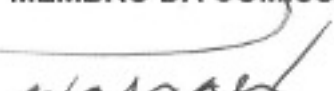

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
RELATOR


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO

•
DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI nº 221/2011

Súmula: Institui feriado estadual no dia 20 de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

Ressalta-se que o Dia da Consciência Negra já foi inserido em nosso ordenamento jurídico através da Lei Estadual nº 15.674, de 13 de novembro de 2007.

Dessa forma, a proposta em tela visa tão somente instituir a data anual de 20 de novembro como feriado no âmbito do Estado do Paraná, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

Ressalta-se que o nobre Deputado Prof. Lemos objetiva, com o presente Projeto de Lei, homenagear e, conseqüentemente, lembrar toda a sociedade do sofrimento dos negros ao longo da história, desde a época da colonização Brasil, tentando garantir seus direitos sociais.

Hoje temos várias leis que defendem esses direitos, como a de cotas nas universidades, pois acredita-se que, em razão dos negros terem sido marginalizados após o período de escravidão, não conseguiram conquistar os mesmos espaços de trabalho que o homem branco.



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18


Na época da escravidão os negros não tinham direito ao estudo ou a aprender outros tipos de trabalho que não fossem os braçais, ficando presos a esse tipo de tarefa.

Muitos deles, estando libertos, continuaram na mesma vida por não terem condições de se sustentar.


O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial, contra a inferioridade da classe perante a sociedade. Além desses assuntos, enfatizam sobre o respeito enquanto pessoas humanas, além de discutir e trabalhar para conscientizar as pessoas da importância da raça negra e de sua cultura na formação do povo brasileiro e da cultura do nosso país.

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Curitiba, 11 de outubro de 2011.



TADEU VENERI
PRESIDENTE



PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



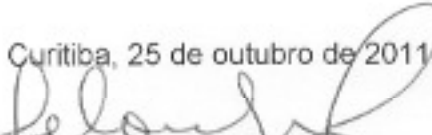
DESPACHO

Tendo em vista a aparente contradição apontada no Parecer exarado pelo Deputado Evandro Junior, a presente COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA constatou que se trata apenas de um erro material ou de grafia por ocasião da sua Conclusão as fls. 10, uma vez que o Parecer aprovado foi no sentido da **LEGALIDADE** da matéria apresentada.

Corrobora com esse entendimento, o **EXTRATO DA ATA** em anexo, publicado no dia 06 de setembro do corrente, onde consta que o Parecer aprovado foi **FAVORÁVEL**.

Em sendo assim, conclui-se que o parecer do ilustre DEPUTADO EVANDRO JÚNIOR foi pela **LEGALIDADE** do presente projeto apresentado.

Curitiba, 25 de outubro de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS

Presidente da CCJ

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EXTRATO DA ATA nº 25 - 17ª LEGISLATURA Tramitação de Projetos

Sessão Ordinária da data 05 de Setembro de 2011

Deputados Presentes: Nelson Justus, Pastor Edeon Praczyk, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Alexandre Curi, Nelson Luersen, Ademir Traiano e Evandro Junior.

01 - EMENDA DA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE AO PROJETO DE LEI nº 342/11

Autor: Dep. Laiz Accerri e Raíza Rodrigues

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aproveitamento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva nas construções em terrenos de áreas públicas.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

Parecer: Favorável - aprovado.

02 - EMENDAS DE PLENÁRIO (DUAS) AO PROJETO DE LEI nº 162/11

Autor: Dep. Plínio Miró

Fica acrescentado o 11 ao artigo 76 da Lei Estadual nº 15.668 de 16 de agosto de 2007, visando tornar obrigatório no Estado do Paraná contar em todas as edificações de habitação e estruturas diretas para obras públicas proporcionar pelo governo do estado, a utilização de no mínimo de 5% das vagas de emprego para mulheres no dia de construção de obras públicas.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

Parecer: Favorável - aprovado.

03 - EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI nº 196/11

Autor: Dep. Nereu Moura

Assegura aos proprietários rural a direito de explorar economicamente a produção de cana-de-açúcar, visando a criação de empregos, geração de renda, desenvolvimento econômico e social.

RELATOR: DEPALEXANDRE CURI

Parecer: Favorável - aprovado.

04 - EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI nº 334/11

Autor: Dep. Fábio Camargo

Regulamenta a cobrança das diárias dos meios de hospedagem no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

05 - PROJETO DE LEI nº 171/11

Autor: Caio Quintana

Dispõe sobre os procedimentos relativos aos atos praticados pelas empresas estatais e de regime.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

06 - PROJETO DE LEI nº 474/11

Autor: Pr. Edeon Praczyk

Estabelece o poder executivo a proceder a revisão do salário que especifica, em parâmetro de município do Estado do Paraná.

RELATOR: DEPCAIO QUINTANA

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

07 - PROJETO DE LEI nº 185/11

Autor: Pedro Lupion

Dispõe sobre o fechamento dos dados referentes e custódias das empresas operadoras de internet nas áreas que mencionam e de outras providências.

RELATOR: DEPCAIO QUINTANA

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

08 - PROJETO DE LEI nº 420/11

Autor: Dep. Hermes Brandão Jr

Estabelece a obrigatoriedade de divulgação de fontes de obtenção e subseqüente desaparecimento no registro das imagens dos noticiários de TV e jornais veiculados no Estado do Paraná, assim como a fixação de cartazes nas estações rádio-fônicas, nas aeroportos e outras instalações públicas.

RELATOR: DEPALEXANDRE CURI

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

09 - PROJETO DE LEI nº 271/11

Autor: Dep. Douglas Fabrício

Fica vedada, pelas instituições de ensino privadas sediadas no Estado do Paraná, a cobrança de taxa de material de ensino de uso coletivo.

RELATOR: DEPCESAR SILVESTRI FILHO

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

10 - PROJETO DE LEI nº 226/11

Autor: Dep. Professor Lemes

Estabelece o dia 24 de setembro, em homenagem ao soldado morto na guerra de 1914, como o Dia Nacional do Soldado Negro.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

Parecer: Favorável - aprovado.

11 - PROJETO DE LEI nº 479/11

Autor: Dep. Elton Welter

1º Anexo ao PL 587/11 autoria de Dep. Paranhos

Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por entrada de carne no balcão financeiro, e de outras providências.

RELATOR: DEPR. EDEON PRACZYK

Parecer: Favorável - aprovado.

12 - PROJETO DE LEI nº 217/11

Autor: Dep. Professor Lemes

Torna obrigatória a inscrição de conteúdos curriculares sobre relações entre as Ciências e Diversidade Sexual nos estabelecimentos de ensino e de outras providências.

RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

13 - PROJETO DE LEI nº 495/11

Autor: Dep. Ademir Bier

Altera o calendário escolar oficial do Estado do Paraná, a "Festa da padroeira Nossa Senhora da Saúde" realizada no município de Marilândia.

RELATOR: DEPMARA LIMA (ido pelo Dep. Ademir Traiano)

Parecer: Favorável - aprovado.

14 - PROJETO DE LEI nº 438/11

Autor: Dep. Paranhos

Garante, em caso de urgência médica, aos integrantes das polícias civil e militar, do corpo de bombeiros militares, da polícia federal, da polícia rodoviária federal e agências penitenciárias, a internação e o tratamento médico em qualquer hospital ou clínica privada (particular), quando se tratar de ferimento ocorrido em decorrência do exercício de suas funções, bem como nas deslocamentos de caso para o trabalho e vice-versa.

RELATOR: DEPCESAR SILVESTRI FILHO

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

15 - PROJETO DE LEI nº 240/11

Autor: Dep. Professor Lemes

Altera o inciso "I" do art. 129 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de setembro de 1970, a qual estabelece a regulação jurídica das funcionalidades do poder executivo do Estado do Paraná, (Tempo de serviço prestado por professores e funcionários de escolas - contagem Paraná educação).

RELATOR: DEPFERNANDO SCANAVACA

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

16 - PROJETO DE LEI nº 496/11

Autor: Dep. Ademir Bier

Altera o calendário escolar oficial do Estado do Paraná, a festa nacional do café anexo que se realiza no município de Pira Itaipua.

RELATOR: DEPALEXANDRE CURI

Parecer: Favorável - aprovado.

17 - PROJETO DE LEI nº 468/11

Autor: Dep. Hermes Brandão Jr

Fica estabelecida as diretrizes para adoção de política de crédito ambiental de incentivo aos produtores rurais e agricultores familiares - concedido - no âmbito do Estado do Paraná e de outras providências.

RELATOR: DEPNEREU MOURA

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

18 - PROJETO DE LEI nº 222/11

Autor: Dep. Professor Lemes

Dispõe sobre o estatuto da igualdade étnica racial do estado do Paraná e de outras providências.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

19 - PROJETO DE LEI nº 481/11

Autor: Dep. Evandro Jr

Estabelece aos municípios a responsabilidade em controlar a vacinação das crianças pertencentes aos convênios, para o controle de zoonoses.

RELATOR: DEPALEXANDRE CURI

Parecer: Concedida vista ao Deputado Ademir Traiano.

20 - PROJETO DE LEI nº 306/11

Autor: Dep. Professor Lemes

Altera a redação do artigo 29 da Lei Complementar Nº 123 de 09/09/2008, que institui o plano de carreira dos funcionários de ensino da rede pública estadual de ensino.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

Parecer: Concedida vista ao Deputado Tadeu Veneri.

21 - PROJETO DE LEI nº 485/11

Autor: Dep. Mauro Moraes

Institui a comissão permanente de receptivo e esclarecimento sobre a criação de órgãos no Estado do Paraná.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Marla Tureck

D. L.

Fls. 02

Projeto de Lei nº 446/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 MAIO 2011

Marla
1º Secretário

SÚMULA: Institui o “Dia do Resgate dos Valores Morais, Sociais, Éticos e Espirituais” no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 1º. Fica instituído, no calendário oficial do Estado do Paraná, o “Dia do Resgate dos Valores Morais, Sociais, Éticos e Espirituais”, a ser celebrado, anualmente, no dia 25 de Agosto.

Parágrafo único. No ensejo da celebração de que trata esta lei, deverão ser realizadas na rede pública de ensino atividades culturais, esportivas, literárias, mídia, entre outras, que visem à reflexão a respeito dos valores morais, sociais, éticos e espirituais.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2011.


MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSC



JUSTIFICATIVA

É pública e notória a constatação de degradação dos valores humanos, retratada por todo tipo de violência com que se depara, não só nossa sociedade, mas todo o planeta. Tal situação requer urgente criação de mecanismos para incutir na sociedade, de maneira geral nas futuras gerações, a mentalidade de disciplina, justiça social, liberdade, respeito pela vida humana e pelo meio ambiente, como forma de resgate dos verdadeiros valores humanos, promovendo uma convivência sábia e harmoniosa.

A constante transformação, como progresso, necessária para o desenvolvimento, sobretudo o tecnológico, contribui crucialmente para o aumento de sentimentos inferiores em alguns indivíduos, como exemplos: soberba, orgulho, o individualismo, etc. Este individualismo faz com que muitos priorizem tudo aquilo que lhe dará prazer em detrimento do que é certo.

Estudos demonstram que a busca por satisfação pessoal e individualista gera sintomas perigosos, tais como: abuso do álcool; uso de drogas ilícitas; violências e toda e qualquer forma de agressão; ódio; vingança; depressão, e muito sentimento, além de diversos tipos de preconceitos e desrespeitos ao próximo e à natureza.

A família e a sociedade sofrem consequências de uma decadência generalizada e a elas cabe direcionar projetos e ações que despertem e conscientizem todos a redimensionar os valores seculares.

Opta-se pelo dia 25 de Agosto, em providencial homenagem a ilustríssima Doutora Zilda Arns Neumann, médica pediatra e sanitarista brasileira, fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, nascida em idêntica data.

Formada em medicina pela UFPR, aprofundou-se em saúde pública, pediatria e sanitarismo, visando a salvar crianças pobres da mortalidade infantil, da desnutrição e da violência em seu contexto familiar e comunitário. Compreendendo que a educação revelou-se a melhor forma de combater a maior parte das doenças de fácil prevenção e a marginalidade das crianças, para otimizar a sua ação, desenvolveu uma metodologia própria de multiplicação do conhecimento e da solidariedade entre as famílias mais pobres, baseando-se no milagre bíblico da multiplicação dos dois peixes e cinco pães que saciaram cinco mil pessoas, como narra o Evangelho de São João.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Marla Tureck

D. L.

Fls. 04

Oportuno observar fragmentos de discurso amoroso proferido por Zilda Arns:

(...) Sabemos que a força propulsora da transformação social está na prática do maior de todos os mandamentos da Lei de Deus: o Amor, expressado na solidariedade fraterna, capaz de mover montanhas. "Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos" significa trabalhar pela inclusão social, fruto da Justiça; significa não ter preconceitos, aplicar nossos melhores talentos em favor da vida plena, prioritariamente daqueles que mais necessitam. Somar esforços para alcançar os objetivos, servir com humildade e misericórdia, sem perder a própria identidade.

Cremos que esta transformação social exige um investimento máximo de esforços para o desenvolvimento integral das crianças. Este desenvolvimento começa quando a criança se encontra ainda no ventre sagrado da sua mãe. As crianças, quando estão bem cuidadas, são sementes de paz e esperança. Não existe ser humano mais perfeito, mais justo, mais solidário e sem preconceitos que as crianças.

Como os pássaros, que cuidam de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe de predadores, ameaças e perigos, e mais perto de Deus, devemos cuidar de nossos filhos como um bem sagrado, promover o respeito a seus direitos e protegê-los.

Por tudo, conclui-se que o Dia de Resgate de Valores Morais, Sociais, Éticos e Espirituais no Calendário Oficial do Estado do Paraná dará a oportunidade de que sejam realizadas ações para a ampla discussão a respeito da sociedade, da moral, da ética e da espiritualidade.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei nesta augusta Casa de Leis.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 446/11

Projeto de Lei nº 446/11

Autor: Deputada Marla Tureck

Súmula: Institui o Dia do Resgate dos Valores Morais, Sociais, Éticos e Espirituais no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUIÇÃO DE DATA COMEMORATIVA. POSSIBILIDADE. ARTS. 24 E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 33 REGIMENTO INTERNO ALEP.. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Marla Tureck, objetiva instituir no calendário oficial do Estado do Paraná o "Dia do Resgate dos Valores Morais, Sociais, Éticos e Espirituais", a ser celebrado anualmente em 25 de agosto.

Na sua justificativa, a autora entende ser "pública e notória a constatação da degradação dos valores humanos", o que "requer urgente criação de mecanismos para incutir na sociedade, de maneira geral nas futuras gerações, a mentalidade de disciplina, justiça social, liberdade, respeito pela vida humana e pelo meio ambiente, como



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 17
Ju.

forma de resgate dos verdadeiros valores humanos, promovendo uma convivência sábia e harmoniosa".

Quanto à data, justifica ser uma justa homenagem póstuma à ilustríssima Doutora Zilda Arns Neumann.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Com relação à competência neste âmbito, dispõe a Constituição Estadual que cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa a iniciativa de Lei Ordinária:

"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição".



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 18
Sua

Outrossim, quanto à instituição de datas comemorativas, por não se tratar de matéria elencada pelo art. 66 da Constituição Estadual como de competência privativa do Governador do Estado, constata-se, destarte, a adequação do proponente às normas pertinentes.

Quanto à competência legislativa, estabelece a Constituição Federal que "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XV - educação, cultura, ensino e desporto".

Não obstante a possibilidade de aprovação quanto ao *caput* do artigo 1º, mesma sorte não se verifica quanto ao seu parágrafo único, que estabelece:

"Parágrafo único. No ensejo da celebração de que trata esta lei, deverão ser realizadas na rede pública de ensino atividades culturais, esportivas, literárias, mídia, entre outras, que visem à reflexão a respeito dos valores morais, sociais, éticos e espirituais." (grifos apostos)

Referida redação incide em dois problemas, a saber: a) vício de iniciativa; e, b) aumento de despesa, conforme segue.

a) Do Vício de Iniciativa:

No que compete à possibilidade de instituir programas no âmbito da **Rede Pública de Ensino**, temos no artigo 66 da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, a sua competência originária para legislar, conforme segue:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Seguindo ainda a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, seu artigo 87 reforça a competência privativa do governador para dispor sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

A regulamentação da competência da **SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO** está disciplinada pelo **DECRETO 1396/2007**, sendo que no artigo 1º do presente, temos a definição dos objetivos da competente Secretaria, senão vejamos:

Art. 1º. A Secretaria de Estado da Educação – SEED, nos termos da Lei n. 8.485, de 03 de junho de 1987, constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, e tem por objetivo a definição e a execução da política governamental no setor de educação básica e de educação profissional, visando à melhoria das condições de vida da população



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 20
ju.

O inciso VI do mesmo Decreto, determina a competência da **Secretaria Estadual de Educação** em implantar projetos que propiciem a melhora na qualidade de ensino e segurança, que corresponde à proposição atual, senão vejamos:

VI - a implantação de projetos que propiciem a melhoria da qualidade de ensino, com enfoque em resultados mensuráveis em termos de aprendizagem;

Assim temos que a iniciativa para legislar sobre a qualquer fato relacionado no que diz respeito a programas na Rede Estadual de Ensino, compete exclusivamente ao Governador do Estado do Paraná, através da Secretaria Estadual de Educação, em conformidade com o Decreto acima citado.

Destarte, há vício de iniciativa no parágrafo único do artigo 1º do presente projeto de Lei.

b) Do Aumento de Despesa e conseqüente
infringência à Lei Complementar 101/2000:

Adentrando no mérito da Lei Complementar Federal n.º 101/00, destaca-se que nos casos em que o Projeto de Lei acarrete em um possível aumento dos gastos por parte do ente governamental, deverá ser devidamente apresentada planilha contendo detalhadamente os referidos gastos:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Cumpre registrar que a obrigatoriedade das atividades culturais, esportivas, literárias, entre outras previstas no parágrafo único do artigo 1º quando do dia do resgate dos valores morais, sociais, éticos e espirituais, acarretarão em gastos, os quais não foram devidamente apresentados em conformidade com a Lei Complementar supracitada.

Assim, referido parágrafo único padece de ilegalidade, merecendo ser rejeitado.

Portanto, o projeto de lei ora em tela está revestido de **CONSTITUCIONALIDADE** tão-somente com relação ao seus artigos 1º e 2º, mas não quanto ao parágrafo único do artigo 1º.

Assim, sugere-se o **Substitutivo Geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar este vício.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 22
Jun.

CONCLUSÃO

Assim, opina-se pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, nos termos da Emenda Substitutiva anexa.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 23


SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 446/2011

De acordo com o que determina os artigos 29, §1º, III e 137, §2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei nº 446/11 a contar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica instituído, no calendário oficial do Estado do Paraná, o "Dia do Resgate dos Valores Morais, Sociais, Éticos e Espirituais", a ser celebrado, anualmente, no dia 25 de agosto.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI nº 446/2011

Súmula: Institui o "Dia do Resgate dos Valores Morais, Sociais, Éticos e Espirituais" no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

O presente projeto de lei, de autoria do Deputada Marla Tureck, objetiva instituir no calendário oficial do Estado do Paraná o "Dia do Resgate dos Valores Morais, Sociais, Éticos e Espirituais", a ser celebrado anualmente em 25 de agosto.

No que tange à essa Comissão, cabe corroborar com a justificativa da nobre parlamentar que visa criar *"mecanismo para incutir na sociedade, de maneira geral nas futuras gerações, a mentalidade de disciplina, justiça social, liberdade, respeito pela vida humana e pelo meio ambiente"*.

Infelizmente, a sociedade de uma maneira geral vem cada dia mais se desvencilhando dos valores morais, sociais, éticos e espirituais. Valores esses que são de extrema importância para que nossa sociedade caminhe para o crescimento. Sem esse tipo de valor, tudo é permitido, se perde o conceito do bom e ruim, do certo e errado. Perde-se o critério do que se pode e deve fazer ou o que não se pode.

Dessa forma, diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Curitiba, 13 de setembro de 2011.


TADEU VENERI
Presidente


PR. EDSON PRACZYK
Relator



COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 446/2011

I – SÍNTESE FÁTICA

A ilustre Deputada Marla Tureck, do Partido Social Cristão, apresentou o presente Projeto de Lei, instituindo o "Dia do Resgate dos Valores Morais, Sociais, Éticos e Espirituais" no Calendário Oficial do Estado.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Tadeu Veneri, o Projeto foi modificado, com a exclusão do parágrafo único, do art. 1º do Projeto original, que previa a realização de atividades culturais, esportivas, literárias dentre outras, nas Escolas Estaduais. Segundo a fundamentação da CCJ, tal dispositivo desrespeitava o texto constitucional, na medida em que estabelecia atribuições, além de criar gastos.

Depois da apresentação do texto substitutivo, o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. Ato contínuo, houve o seu encaminhamento para a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, tendo como relator o Deputado Pastor Edson Praczyk, recebendo parecer pela aprovação, tal como ocorreu na Comissão anterior.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.



II – MÉRITO

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Nesse sentido, resta indubitosa a competência desta Comissão para a análise do Projeto, pois a valorização da cultura brasileira passa, necessariamente, pelo resgate da essência de nosso povo, com a promoção da paz.

A iniciativa é louvável, estando em consonância, inclusive, com um Projeto de Resolução apresentado pela própria Comissão de Cultura, tendo sido subscrito pela Autora do presente Projeto, que versava sobre a instituição de um Conselho Parlamentar para a Cultura da Paz.

A violência tem atingido níveis alarmantes, o que torna providenciais iniciativas como a presente, demonstrando absoluta compatibilidade como texto constitucional brasileiro, posto que visa resgatar valores que parecem perdidos em nossa sociedade.

Por isso, merece aprovação o presente Projeto!

12



III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.


Curitiba, 10 de outubro de 2011.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury

PROJETO DE LEI Nº 466/11

D. L.

Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 01 JUN. 2011

Rui
1º Secretário

SÚMULA: Concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná a Sra. Ermida Nezari.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná a Sra. Ermida Nezari.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 30 de maio de 2011.

Jonas Guimarães
JONAS GUIMARÃES
DEPUTADO ESTADUAL

15147 01/06/2011 08:39:51 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

A Sra. Ermida Nezari, mais conhecida como Irmã Benigna, nasceu em Erechim, Rio Grande do Sul.

Benigna teve uma infância humilde. Seus pais muito religiosos sempre procuraram passar bons exemplos aos seus dez filhos. Fez o primário em uma Escola Municipal e sempre gostou de ajudar as crianças mais pobres, especialmente os filhos dos índios que trabalhavam para seu pai.

Em seu coração havia um desejo imenso de ser Irmã Religiosa. Foi a maior alegria quando ingressou para o internato no Colégio das Irmãs em São Valentim. Seus pais pagavam o Internato com mantimentos.

Completoando a 4ª série, foi encaminhada para Irati, Paraná, onde completou o ginásio, sempre pensando em ser Irmã Religiosa. Terminando estes estudos ingressou no Postulado por um período de seis meses, sendo depois encaminhada para o Seminário (noviciado) das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, onde permaneceu durante um ano se preparando para a Missão de servir a Jesus Cristo na pessoa dos pobres. Em 1958 foi enviada como Filha da Caridade para São Lourenço do Oeste, Santa Catarina, onde permaneceu durante dezessete anos. Trabalhou como Professora e como Diretora no Colégio Estadual e no Colégio Santa Maria Goreti, mas sua maior alegria era o trabalho social com crianças e idosos.

Nunca houve hora, nem dia, nem barreira que não enfrentasse, "pois era preciso ajudar os necessitados". As vilas eram sua moradia, sua vida, além disso, nessa época estava estudando em Pato Branco, Paraná, e se dedicava ao trabalho na escola, na ornamentação da Igreja e na organização da Liturgia em São Lourenço.

Em 1975 foi transferida para Jacutinga, Rio Grande do Sul, ali continuando como Educadora. Com a comunidade construiu um asilo para acolher as pessoas idosas, abandonadas, e se dedicou à evangelização e à catequese.

Após seis anos de amor e serviço, foi transferida para Campinas do Sul, Rio Grande do Sul, onde se aposentou como Professora e passou a se dedicar



ainda mais à Evangelização e ao trabalho promocional de pessoas carentes daquela
localidade.

Conseguiu, com a ajuda da Casa Mãe, na França, recursos para organizar uma Vila onde vinte e uma famílias conseguiram suas casas. A Vila recebeu o nome de Vila São Vicente de Paulo e em parceria com a Prefeitura conseguiu uma Creche para as crianças mais carentes.

Em 1991 veio transferida para Cianorte, Paraná, para o Recanto dos Velhinhos, dedicando-se às idosas internas.

Após um período de adaptação na cidade de Cianorte, percebeu que muitos meninos andavam pelas ruas sem destino e expondo-se a situações de risco que os desviavam do caminho do bem. Sentiu que não podia ficar só com o trabalho com as idosas, também porque não eram tantas as atividades, sobrando-lhe tempo para dedicar-se a outra causa também necessária e urgente, os meninos e meninas que precisavam de assistência. Fez um trabalho de conscientização com a população, conseguindo alguns voluntários adeptos da mesma causa e com a mesma preocupação, a de fundar uma Instituição para acolher e promover os adolescentes necessitados. Surgiu então a Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz.

O início foi difícil, tendo em vista as dificuldades financeiras que eram muito grandes e o número de meninos que procuravam a Entidade crescia dia a dia. Eis, porém, que de repente fez-se uma grande descoberta. O povo de Cianorte é muito generoso!

Foi a partir desta generosidade que foi surgindo a construção da sede própria, pois até então o Recanto dos Velhinhos gentilmente cedia espaços para as atividades.

A Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz que tem a Irmã Benigna como Diretoria desde a sua criação, em 10 de agosto de 1992, tem por finalidade principal o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de riscos e pobreza, na faixa etária de 7 a 17 anos e 11 meses. O atendimento é realizado através de atividades esportivas, lúdicas e artísticas, com cunho educativo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 05

A Entidade tem uma extensão localizada em Vidigal, Distrito Administrativo de Cianorte, que oferece as mesmas modalidades de atendimento para as crianças e adolescentes daquela localidade.

Sempre à frente de todas as atividades, de todas as conquistas, como também de todas as dificuldades encontradas, a Irmã Benigna Nazari, auxiliada, por outras Irmãs, todas pertencentes à Congregação das Irmãs filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, nunca mediu esforços para proporcionar um atendimento de relevância para esta parcela da população que originou a criação da Entidade.

A Rainha da Paz continua desenvolvendo um trabalho na perspectiva de superação e prevenção de situações de riscos ou pobreza, visando primeiramente proporcionar às crianças e aos adolescentes, espaços e oportunidades para o exercício consciente de sua cidadania, oferecendo alimentação, prática esportiva, recreação, aprendizagem através de oficinas diversas, tendo como critério básico a frequência às aulas e às atividades propostas pela Entidade.

Com o incansável trabalho da Irmã Benigna, a Entidade pode atualmente oferecer aos seus assistidos diversas atividades, tais como: dança, capoeira, violão, teclado, flauta, bordado, pintura em tecido e tela, floricultura, teatro, xadrez, jogos pedagógicos, artes, artesanato em argila, informática e costura industrial, bem como oficinas de reforço escolar, leitura, espiritualidade e relações interpessoais, complementando a formação recebida através da Escola.

Também é oportunizada à população atendida pela Entidade, a participação em projetos específicos que vêm ao encontro de suas necessidades básicas, através de palestras e outros eventos que visam um melhor relacionamento com seus filhos, bem com a conscientização da sua importância como cidadãos dignos de direitos.

Além de todo o trabalho com as crianças e os adolescentes na Entidade, a Irmã Benigna continua sua missão, nos finais de semana, fazendo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 06

visitas aos idosos e famílias carentes, levando alimentos, remédios e outros objetos necessários para o bom atendimento e melhor qualidade de vida, sempre com o apoio da sociedade de Cianorte, que lhe dá a oportunidade deste atendimento.

Realiza Projetos de Evangelização com as famílias e catequese para adultos, encaminhando-os para os Sacramentos de Iniciação Cristã e legalização do matrimônio.

Sempre à frente de tudo a Irmã Benigna conquistou a confiança e o carinho da sociedade Cianortense, bem como dos Órgãos Públicos, que vêm colaborando para o engrandecimento da Entidade.

Irmã Benigna não descansa nunca. É corajosa, é ambiciosa "no bom sentido" porque acima de tudo está a sua missão de religiosa, Filha da Caridade de São Vicente de Paulo e os seus votos de caridade.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 466/2011

Projeto de Lei nº 466/2011

Autor: Deputado Jonas Guimarães

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ À SENHORA ERMIDA NEZARI.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à Senhora Ermida Nezari.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



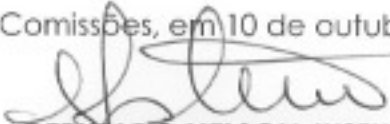
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR





MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná

do Estado do Paraná

D. L.

Fls. 02

ANTEPROJETO DE LEI

587/11

Súmula: Cria cargos no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma os cargos de provimento em comissão que especifica e dá outras providências.

Art. 1º. Ficam criados no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná os seguintes cargos:

I - 32 (trinta e dois) cargos efetivos de técnico superior, para compor o Grupo Ocupacional Superior;

II - 40 (quarenta) cargos efetivos de auxiliar técnico, para compor o Grupo Ocupacional Intermediário;

III - 40 (quarenta) cargos efetivos de auxiliar administrativo, para compor o Grupo Ocupacional Básico;

IV – 11 (onze) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-3:

V - 14 (quatorze) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4;

VI - 64 (sessenta e quatro) cargos de provimento em comissão de Assessor de Promotoria, símbolo DAS-5.

§ 1º. Ficam transformados 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de vice-diretor de departamento e 01 (um) de coordenador de informática, símbolo DAS-5, em 06 (seis) cargos de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça, símbolo DAS-5.

§ 2º. A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º. O provimento dos cargos efetivos previstos neste artigo dar-se-á no nível inicial dos respectivos Grupos Ocupacionais, a partir de 1º de janeiro de 2012.

§ 4º. No provimento dos cargos em comissão previstos nesta lei será observado o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 16.559, de 06 de agosto de 2010.

Art. 2º. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere esta Lei terão lotação na Procuradoria-Geral de Justiça e serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral.

Art. 3º. A investidura nos cargos efetivos criados na forma do artigo 1º dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se os requisitos essenciais definidos em lei e regulamentação específica.

total nucleated mononuclear cells



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Art. 4º. A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos criados por esta Lei corresponde aos valores constantes das Tabelas I, II e III do Anexo I, dos Anexos IV e V do Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná.

Art. 5º. Os cargos criados por esta Lei serão providos na medida da necessidade do serviço, observada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º. A progressão na carreira dar-se-á de acordo com o disposto no artigo 5º, incisos I e II, da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 8º. Fica revogado o § 3º do artigo 15 da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 9º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe a criação de cargos efetivos e de cargos de provimento em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, a transformação dos cargos de provimento em comissão que especifica e dá outras providências.

Visa a presente proposta suprir as necessidades decorrentes da implementação de uma nova etapa da remodelação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, iniciada com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008, agora com vistas a compatibilizá-la com as diretrizes institucionais advindas do novo Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná – Projeto GEMPAR 2018, aprovado em 15.12.2009, que prevê, a par da modernização administrativa, a ampliação, racionalização e otimização da atuação ministerial tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial.

Como consignado na exposição de motivos do anteprojeto convertido na supracitada Lei nº 15.913/2008, *"por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sincronia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação"*.

Convém assinalar, outrossim, que estudos de readequação organizacional do Ministério Público do Paraná foram iniciados em 27 de agosto de 2004, tendo mais recentemente a Portaria Conjunta nº 001/2008-SUBPLAN/SUBADM, de 12 de dezembro de 2008, instituído Grupo de Trabalho para efetivar a revisão e o ajuste da estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça à nova realidade institucional, cuja conclusão foi apresentada 07 de abril de 2010.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

D. L.

Elc. 05



Focalizando os serviços auxiliares surge, assim, a presente proposta como mais uma etapa de um amplo processo de modernização administrativa e funcional que contempla a incorporação de projetos diversos voltados a diferentes e múltiplas atividades.

Registre-se que, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos – DAFRE, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir o montante de R\$ 346.919,29 (trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e vinte e nove centavos), corresponde a um acréscimo de 1,447381% (um vírgula quatro, quatro, sete, três, oito, um, por cento), tendo referida despesa, estimada em R\$ 1.879.146,17 (um milhão, oitocentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e seis reais e dezessete centavos) para o presente exercício, previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 16.739, de 29.12.2010), conforme Informação nº 712/11 e nº 713/11, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 731/11) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, no presente exercício (ago/dez), será de 0,010% (zero vírgula zero, um, zero, por cento) em relação à receita corrente líquida, fixando-se com este acréscimo em 1,514% (um vírgula cinco, um, quatro, por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 09 de maio próximo passado.

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 1281/11-GAB

Curitiba, 26 de julho de 2011.

D. L.

Fls. 07

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 01 AGO 2011

1º Secretário

A DAT p/ ltr
no expediente
A DL p/ providen-
cia
E. 12 de julho 2011

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à

apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que cria cargos efetivos e de provimento em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 14569
EM 27/07/11
 FUNCIONÁRIO



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente da criação de cargos efetivos e de provimento em comissão, no Quadros dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, objeto do Projeto de Lei nº 587, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2011, aprovado pela Lei nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 15.757, de 27.12.2007 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.561, de 16 de agosto de 2010 (LDO).

Curitiba, 24 de agosto de 2011.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Procurador Geral de Justiça

DEMONSTRATIVO IMPACTO EM FOLHA DE PAGAMENTO REFERENTE REESTRUTURAÇÃO DA PGJ

Descrição	Atual DAS - 5	Novo DAS - 3	Diferença	Mensal	Mensal acrescido de 6,51% + 5,04%	Ago/Dez/11	13.º Sal/11	COM AUMENTO 6,51% + 5,04% Total 2011	Total 2012
3 Cargos de DAS-5 para DAS-3 (Servidores Efetivos)									
Total	4.484,48	5.945,74	1.461,26	4.383,78	4.804,57	24.522,87	2.043,57	26.566,44	63.759,45
3 Cargos de DAS-5 para DAS-3 (Puros)									
Total	5.128,49	6.769,17	1.640,68	4.922,04	5.506,78	27.533,89	2.294,49	29.828,38	71.588,12
70 Novos Cargos de Assessor de Promotoria-DAS-5 (Puros)									
Total		2.419,53	2.419,53	169.367,10	189.487,91	947.439,56	78.953,30	1.026.392,86	2.463.342,85
5 Novos Cargos de DAS-3 (Puros)									
Total		6.769,17	6.769,17	33.845,85	37.866,74	189.333,68	15.777,81	205.111,49	492.267,58
14 Novos Cargos de DAS-4 (Puros)									
Total		5.890,94	5.890,94	82.473,16	92.270,97	461.354,86	38.446,24	499.801,10	1.199.522,63
32 Novos Cargos de Nível Superior									
Total		5.850,42	5.850,42	187.213,44					1.047.271,98
Total		7.635,03	7.635,03	244.320,96					2.186.770,32
40 Novos Cargos de Nível Intermediário									
Total		3.115,20	3.115,20	124.608,00					697.057,15
Total		4.050,95	4.050,95	162.038,00					1.450.304,92
40 Novos Cargos de Nível Básico									
Total		1.926,89	1.926,89	77.075,60					431.180,91
Total		2.493,86	2.493,86	99.754,40					892.841,78

Obs: Valores expressos em reais.

Base: Junho/2011

Cálculo efetuado considerando-se o reajuste de 6,51% (período mai/2010 a abril/2011) + 5,04% (mai/2007 a abril/2008).

O incremento mensal de R\$ 330.036,97 corresponde a 1,376946% do total bruto da folha de pagamento.

Mensal	Ago/Dez/11	13.º Sal/11	Total 2011	2012
330.036,97	1.650.184,86	137.515,41	1.787.700,27	10.995.887,69

Resumo

Mensal	
Ago/Dez/11	1.650.184,86
13.º Sal/2011	137.515,41
Total 2011	1.787.700,27
2012	10.995.887,69
2013	11.524.730,57

D. L.
Fls. 



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO Nº 0712/11

PROTOCOLO Nº 13195/04 - MP/PGJ.

ASSUNTO: Solicita criação de novos cargos em comissão e efetivos.

Senhor Coordenador Executivo:


Informo a Vossa Excelência que existe disponibilidade orçamentária e financeira para atender a despesa, no valor de R\$ 1.787.700,27 (um milhão, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos reais e vinte e sete centavos), referente à criação de novos cargos em comissão, para o período de agosto a dezembro/11.

Para o exercício de 2012, o recurso orçamentário no valor de R\$ 4.290.480,63 (quatro milhões, duzentos e noventa mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e três centavos), referente à criação de novos cargos em comissão, e R\$ 6.705.407,06 (seis milhões, setecentos e cinco mil, quatrocentos e sete reais e seis centavos), referente à criação de novos cargos efetivos, para o período de janeiro a dezembro, integrará a Proposta Orçamentária para o exercício de 2012.

Após autorização, correrá à conta da dotação orçamentária 0901.02062262.392 – Administração dos Serviços do Ministério Público, nos subelementos de despesa 3190.1103 – Vencimentos e Vantagens dos Cargos em Comissão – Com Vínculo e 3190.1106 – Vencimentos e Vantagens dos Cargos em Comissão – Sem Vínculo.

Informa-se na oportunidade, que despesas com Pessoal e Encargos estão previstas na Lei Orçamentária Anual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010.

Curitiba, 13 de julho de 2011.


Maria Priscila Mazarotto Thomé
Diretora

Visto: 13/07/11

Orçamentário - 



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO : Nº 0731/2011

PROTOCOLO : 13195/2004 - MP/PR

ASSUNTO : IMPACTO RELATIVO A DESPESA TOTAL COM PESSOAL, EM FACE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL— CRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES DE ASSESSOR - PGJ.

I - DO LIMITE DE 2%

a) Segundo o artigo 20, inciso II, alínea d, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a despesa total com pessoal do Ministério Público não poderá exceder o percentual de 2% da Receita Corrente Líquida.

b) De acordo com o artigo 22, parágrafo único, quando a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite - 1,90 % -, são vedados:

- I. concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;*
- II. criação de cargo, emprego ou função;*
- III. alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;*
- IV. provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;*
- V. contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

II - DO CÁLCULO DO IMPACTO

a) O Ministério Público elabora a sua folha de pagamento e têm os registros referentes aos gastos com pessoal, tendo sido projetados os valores para o exercício de 2011 com base no orçamento anual. Os montantes da Receita Corrente Líquida foram previstos com acréscimo de 5% (cinco por cento) em relação à do exercício de 2010.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

b) A situação para o exercício de 2011, antes do cômputo da despesa em análise, é a seguinte:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Deduzida do Fundo Prev.	% da RCL	Deduzida da Desp. Ex. Ant.	% da RCL	Deduzida do IRRF	% da RCL
Maior/10 a Abr/11	17.608.076.946	341.853.289	1,941%	279.064.350	1,585%	228.590.072	1,298%
Sat/10 a Ago/11	18.049.505.680	357.848.744	1,983%	289.413.580	1,603%	237.978.317	1,318%
Jan/11 a Dez/11	18.291.855.076	378.592.560	2,070%	325.077.793	1,777%	274.611.436	1,501%

c) O impacto da despesa em questão corresponde a R\$ 346.919,29, mensais, para os meses de agosto a dezembro/11, R\$ 144.549,71, referente ao 13º salário/11 e de R\$ 4.509.950,79, anuais, para o exercício de 2012, conforme quadro a seguir:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Deduzida do Fundo Prev.	% da RCL	Deduzida da Desp. Ex. Ant.	% da RCL	Deduzida do IRRF	% da RCL
Maior/10 a Abr/11	17.608.076.946	341.853.289	1,941%	279.064.350	1,585%	228.590.072	1,298%
Sat/10 a Ago/11	18.049.505.680	358.916.505	1,989%	290.481.340	1,609%	239.046.078	1,324%
Jan/11 a Dez/11	18.291.855.076	380.995.021	2,083%	327.480.254	1,790%	277.013.697	1,514%

d) Se autorizada, a despesa em questão, corresponderá a **0,010%** no gasto total com pessoal no exercício de 2011, em relação à Receita Corrente Líquida (prevista para o exercício de 2011) de **R\$ 18.291.855.076,00**.

É a informação.

D.F, 13 de julho de 2011.

Maria Priscila M. Thomé
Diretora do Departamento Financeiro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 587/11

Projeto de Lei nº 587/11
Autor: Ministério Público

Súmula: Cria cargos no Quadro Dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma os Cargos de Provimento em Comissão que especifica e dá outras providências.

EMENTA: CRIA CARGOS NO QUADRO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, TRANSFORMA OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa suprir as necessidades decorrentes da implementação de uma nova etapa da remodelação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, iniciada com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborando este entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

O jurista José Afonso da Silva leciona que “[...] das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no art. 169, **‘propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira’**. Dá-se-lhe, assim, **o poder de iniciativa de leis nessas matérias**”¹.

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2011, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

•



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 587/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo art. 33-B, do Regimento Interno, examinar o Projeto de Lei nº 587/11, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1281/11, que cria cargos no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma os cargos de provimento em comissão que especifica e dá outras providências.

A iniciativa proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o devido parecer favorável à matéria em questão.

No que compete à vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, observamos que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Constata-se a existência de declaração do ordenador de despesa informando que a despesa decorrente do reenquadramento dos cargos efetivos de Oficial de Promotoria, apresenta a adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2011, aprovado pela Lei nº 16.739, de 29/12/11 (Lei Orçamentária Anual) e compatibilidade com o Plano Plurianual aprovado pela Lei nº 15.757, de 27/12/07 e com as diretrizes orçamentárias aprovados pela Lei nº 16.561, de 16/08/10 (LDO).

Considerando que os estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos-DAFRE, nos mostram o impacto financeiro mensal na folha de pagamento que poderá atingir o montante de R\$346.919,29 (trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e vinte e nove centavos), correspondente a um acréscimo de 1,447381% (um vírgula quatro, quatro, sete, três, oito, um, por cento),



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

tendo a referida despesa, estimada em R\$1.879.146,17 (um, milhão, oitocentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e seis reais e dezessete centavos) para o presente exercício, previsão na Lei Orçamentária Anual nº. 16.739, de 29 de dezembro de 2010, conforme Informação nº 712/11, e nº 713/11, do Departamento Financeiro.

Considerando ainda, que o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (informação nº 731/11) demonstra que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição no presente exercício (agosto/dezembro), será de 0,010% (zero vírgula zero, um, zero, por cento) em relação à receita corrente líquida, fixando-se com este acréscimo de 1,514% (um vírgula cinco, um, quatro, por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prodencial.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, este Relator, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

05/10/11

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK
RELATORA



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUL. 2011

Mauro
1º Secretário

Senhor Presidente,

A DAP foi lida em ex-
pediente.

A DL foi encaminhada
em 04. julho 2011

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 050/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 062/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 062/11, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, versa sobre a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais.

Primeiramente, vejamos o que dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 66, IV:

Art.66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Ademais, vejamos o disposto no artigo 2º da Constituição Federal:

Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Isto posto, constata-se que o presente Projeto de Lei vem em descompasso com o princípio da harmonia dos poderes estabelecidos na Constituição Federal, vez que o Poder Legislativo não possui competência para tal propositura, no que tange as atribuições de órgãos da Administração Pública, cabendo única e exclusivamente ao Executivo, na pessoa do Governador do Estado, consoante artigos supracitados.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.nº 11.102.752-8



Partindo deste pressuposto, verifica-se que o presente Projeto de Lei apresenta evidente inconstitucionalidade formal, haja vista que a ilustre Deputada não possui competência para propor a presente medida, vez que esta é de competência privativa do Governador do Estado.

Feita esta constatação, é insofismável a relevância social do tema em tela, sendo louvável a iniciativa da ilustre Deputada Mara Lima, pela preocupação com as crianças e adolescentes.

Entretanto, em que pese a inconstitucionalidade supracitada, é incontestável que medidas dessa natureza, tal qual a obrigatoriedade da inclusão de frases ou textos, referentes aos direitos da criança e do adolescente, nos impressos emitidos por órgãos públicos, indubitavelmente irão gerar despesas extras aos órgãos, sendo que muitos deverão mudar toda rotina já prevista e orçada, ao contrário do que justifica a proponente.

Outrossim, vejamos o que preceitua o artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:


Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

Compulsando o presente Projeto de Lei, constata-se que não há qualquer menção, ou demonstração do real impacto econômico/financeiro necessário para a inclusão das frases ou textos nos impressos emitidos pelos órgãos públicos, o que por si só inviabiliza o Projeto de Lei.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 017/11

Proposição de veto nº 017/11
Autor: Poder Executivo – Ofício nº 1602/11

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei nº 062/11, de autoria da deputada Cantara Mara Lima que, dispõe Sobre a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais, tendo em vista vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

EMBASAMENTO JURÍDICO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no art. 33, § 2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado do Paraná quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-la, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**ao Presidente da Assembléia Legislativa os
motivos do veto. (...)**


Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 062/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 09 de junho de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 017/11, foi encaminhada junto à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná na data de 04 de julho de 2011, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO


Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se favorável ao encaminhamento do presente voto ao plenário.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Projeto de Lei nº 062/11

(Autoria da Deputada Cantora Mara Lima)

Dispõe sobre a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

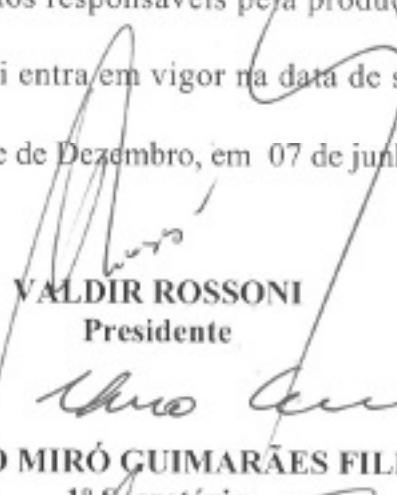
Art. 1º Nos impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais deverão constar frases ou textos referentes aos direitos da criança e do adolescente, extraídos ou concernentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, entende-se por impressos: multas, notificações, impostos, taxas, contribuições de melhorias e todos aqueles destinados à comunicação social através de divulgação das ações de governo e de utilidade pública.

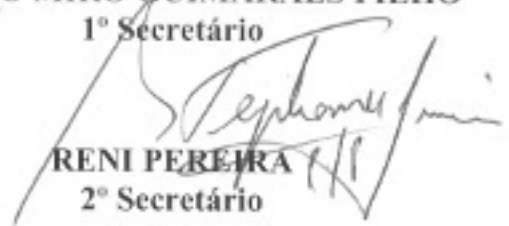
Art. 2º A forma de inserção das frases ou textos nos impressos será determinada pelos órgãos responsáveis pela produção do material.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 07 de junho de 2011.


VALDIR ROSSONI
Presidente


PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


RENI PEREIRA
2º Secretário